

## Avolumam-se problemas nas Águas de Santarém

02-Dez-2010

TRABALHADORES INSATISFEITOS EXIGEM INTERVENÇÃO O CAMARÃO RIA Os Trabalhadores da empresa municipal Águas de Santarém e o STAL exigem a imediata resolução de diversos problemas laborais que se têm avolumado e alertam para as consequências da privatização, pelo que exigem a intervenção urgente da Câmara Municipal.

Os trabalhadores das Águas de Santarém, reunidos em plenário no dia 30 de Novembro, exigiram à Câmara Municipal a imediata resolução dos problemas que se arrastam desde a criação daquela empresa municipal, que vem desde a valorização profissional a manutenção de postos de trabalho.

Em foco está ainda a aplicação das medidas de operação gestória aos trabalhadores em regime de cedência de interesse público a prestar serviço nas Águas de Santarém, permitindo assim a valorização profissional daqueles que tiveram uma avaliação de desempenho de bom ou equivalente pelo período máximo de cinco anos.

Por lado é condenado o despedimento recente de seis trabalhadores em regime de contrato individual de trabalho, considerada injustificável e desnecessária, pelo que se exige a sua reintegração.

Também o recente encerramento do Laboratório é contestado, decisão que os trabalhadores consideram incompreensível uma vez que esta estrutura foi recentemente objecto do respectivo processo de acreditação.

Condenada foi igualmente a alteração de categorias e funções profissionais levada a cabo de forma avulsa e unilateral pela Administração, pelo que os trabalhadores exigem a abertura de um processo sério e efectivo de discussão e negociação sobre esta matéria.

Para os trabalhadores e o STAL, o avolumar de problemas por resolver e as decisões avulsas e injustificadas que se têm verificado resultam do processo de privatização de 49% do capital da empresa, adquiridos pelos grupos Aquapor e Pragosa, cujo objectivo central é o de procurar reduzir os custos do trabalho e agravar a exploração para maximizar os lucros do negócio da água.

Perante esta situação, o STAL enviou já ao Presidente de Câmara um pedido de marcação de uma reunião com carácter de urgência com o objectivo de discutir a protecção e salvaguarda dos direitos dos trabalhadores.